



Comissão rejeita mudança nas regras da maioria penal

Por 11 votos a 8, Comissão de Constituição e Justiça rejeitou a Proposta de Emenda Constitucional 33/2012, que abria a possibilidade de condenação, como adultos, de maiores de 16 anos acusados de crimes hediondos

Análise da PEC 33 acabou levando os senadores a debater a necessidade de alterar o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), cujas penas de caráter socioeducativo não estariam sendo realmente cumpridas.

Parlamentares contrários à proposta apontaram riscos da subjetividade no indiciamento de menores pelos promotores, mesmo que especializados. Autor da proposta lembrou que, da condenação, sempre caberia recurso a instâncias superiores. **5**



Aloysio Nunes Ferreira (D) defende sua proposta de alteração nas regras para imputação de menores durante sessão da CCIJ

Gerardo Magela/Agência Senado

Empréstimos do BID para Rio Grande do Sul e Paraná são aprovados **3**

Idosos poderão participar da elaboração de políticas públicas **6**

Plenário aprova recondução do diretor-geral da ANTT ao cargo **7**

Imposto sobre extração de minério em Sergipe será repartido **8**

Projeto que trata do Bolsa Família gera discussão entre senadores **6**

Jonas Pereira/Agência Senado



Renan Calheiros preside reunião de líderes: para senador, desigualdades salariais recomendam respeito ao teto constitucional

Salários acima do teto serão pagos em juízo

Após decisão liminar do ministro Marco Aurélio, do Supremo Tribunal Federal, Senado decidiu pagar excedente ao teto constitucional no salário de servidores

por depósito em juízo e recorrer ao Pleno da Corte. O presidente do Senado, Renan Calheiros, criticou a decisão do ministro, mas disse que teria de ser cumprida. **2**

Jornalistas: ditadura torturou em ministérios

Prédios públicos a 500 metros da sede do Poder Executivo foram usados para detenção e tortura nos

anos de ditadura militar, segundo relatos de profissionais de imprensa à Subcomissão da Verdade. **4**



Capiberibe (C) recebe textos de denúncias e anuncia visita aos locais citados

José Cruz/Agência Senado

Rádio e TV Senado em João Pessoa

Política e cidadania em tempo real. É o Congresso mais perto do paraibano.

Rádio Senado

106,5 FM

Transmissão digital da TV Senado

Canal 40.1

Aqui o cidadão sabe o que acontece

SENADO FEDERAL



Secom | Criação e Marketing

Senado depositará em juízo excedente do teto

Em cumprimento a decisão liminar do STF, Mesa do Senado decidiu depositar em juízo a parcela dos vencimentos dos servidores além do teto e recorrer para reverter decisão no Pleno do tribunal

EM NOTA DIVULGADA ontem à noite, a Presidência do Senado esclareceu o posicionamento da Mesa em relação à decisão liminar proferida pelo ministro Marco Aurélio, do Supremo Tribunal Federal (STF), que determina o pagamento de parcelas salariais acima do teto constitucional (R\$ 29.462,25) aos servidores do Senado e da Câmara.

Segundo a nota, durante reunião iniciada ainda à tarde, os integrantes da Mesa decidiram que, em cumprimento da liminar, o Senado vai depositar em juízo a parcela dos vencimentos além do teto, no aguardo da decisão de mérito a ser tomada pelo Supremo. O Senado também vai recorrer ao Pleno do STF para “tentar obter a reforma da liminar concedida”, de acordo com a nota.

Como a sentença de Marco Aurélio baseou-se na alegação de que os servidores não tiveram direito a defesa nos processos administrativos instaurados pelo Senado e a

Câmara para aplicarem o corte, a Mesa resolveu que será aberto o prazo de cinco dias para que eles apresentem argumentos “e exerçam o contraditório”.

Desigualdade

No meio da tarde, durante pronunciamento em Plenário, o presidente do Senado, Renan Calheiros, criticou a decisão do ministro do Supremo, mas disse que teria de ser cumprida. De acordo com Renan, o Brasil é um país muito desigual em matéria de renda, o que recomendava o respeito à regra do

teto salarial no serviço público.

— Nós temos aqui no Senado funcionários terceirizados que ganham um salário mínimo. Pagar um salário além do teto constitucional não é uma tarefa fácil. Eu não faço isso com satisfação. Agora, decisão judicial é para ser cumprida — afirmou o presidente da Casa.

Ao sair da reunião, Romero Jucá (PMDB-RR) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA) explicaram que os integrantes da Mesa acharam melhor agir com prudência num processo que ainda não teve um desfecho.

Nota pública

Em cumprimento à decisão proferida pelo ministro Marco Aurélio Mendes de Faria Mello, do Supremo Tribunal Federal, o Senado Federal presta os seguintes esclarecimentos:

A Mesa Diretora do Senado Federal, reunida na tarde de hoje (19/02/2014), irá cumprir a liminar depositando em juízo a parcela dos vencimentos além do teto constitucional.

O Senado Federal também vai recorrer ao Pleno do Supremo Tribunal Federal para tentar obter a reforma

da liminar concedida. Ao mesmo tempo, será aberto o prazo de 5 dias para que os servidores que recebem além do teto constitucional apresentem defesa e exerçam o contraditório, como consta da liminar.

Secretaria de Imprensa
Presidência do Senado Federal

Passagens serão compradas diretamente por senadores

A partir de agora, os senadores serão os responsáveis por cotar as passagens aéreas quando precisarem de fazer viagens oficiais. A mudança foi anunciada ontem, após reunião da Mesa, pelo primeiro-secretário da Casa, Flexa Ribeiro (PSDB-PA). A decisão vem após denúncias de compra de passagens por

preços acima dos de mercado.

De acordo com o primeiro-secretário, será extinta a Coordenação de Apoio aos Parlamentares, que gerenciava a emissão de passagens. Com isso, após as cotações, os gabinetes terão duas opções de pagamento: enviar o pedido à Diretoria-Geral do Senado, que fará a compra, ou comprar

com cartão de crédito e pedir o reembolso.

O contrato com a Voetur, que emitia as passagens, já se encerrou e uma nova empresa será escolhida em pregão eletrônico. Essa empresa, de acordo com Flexa, poderá emitir os bilhetes, sem ultrapassar o valor cotado pelos senadores.

Presidentes de comissões opinarão sobre prioridades

O presidente do Senado, Renan Calheiros, deve se reunir na terça-feira com os presidentes das comissões permanentes da Casa para definir quais propostas em análise devem ter prioridade para a votação em Plenário.

De acordo com Renan, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), por exemplo, estão projetos importantes, como o que trata de nova

Lei de Execuções Penais.

— Nós já votamos algumas matérias importantes. O fundamental é que nós tenhamos uma pauta e que seja uma pauta de interesse nacional.

A decisão de ouvir os presidentes das comissões foi tomada em reunião de lideranças ontem. O líder do PSDB, Aloysio Nunes Ferreira (SP), no entanto, saiu do encontro

criticando o governo federal. O senador tucano disse estar “espantado” com a falta de prioridades do Palácio do Planalto.

— A presidente Dilma não tem nenhuma prioridade no Congresso Nacional, a não ser as medidas provisórias que estão aí — disse Aloysio.

O líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM), disse haver interesse no exame do projeto que tipifica o crime de terrorismo. O PLS 499/2013 está na ordem do dia do Plenário do Senado.

— Acho que o Brasil, que é a sexta economia do mundo, tem uma fragilidade na legislação. Apesar de o crime do terrorismo estar tipificado e previsto na Constituição, não temos uma legislação infraconstitucional que enquadre o crime de terrorismo de forma clara — explicou.



Pedro Franco/Agência Senado

Cyro: vandalismo não pode ser relacionado a terrorismo

Cyro Miranda (PSDB-GO) sugeriu cautela na discussão de projeto de lei que trata da punição de vândalos que se aproveitarem de manifestações pacíficas para agredir pessoas e danificar os patrimônios público e privado.

O senador disse que é preciso definir claramente o crime de vandalismo para impedir que esse tipo de ato seja equiparado ao crime de terrorismo. O governo, na avaliação dele, não enfrenta com a energia necessária os excessos praticados por baderneiros que se infiltram nas manifestações, e o Congresso não muda a lei para agilizar o processo penal.

— A manifestação popular é legítima, mas democracia e liberdade não combinam com violência e vandalismo — afirmou o senador.



Pedro Franco/Agência Senado

Ângela elogia proposta do governo para manifestações

O Brasil não pode criminalizar as manifestações populares, que são legítimas e sempre ocorreram em nosso país. Foi o que afirmou Ângela Portela (PT-RR) em pronunciamento ontem, quando fez considerações sobre os projetos que tipificam o terrorismo, em análise no Congresso Nacional, e destacou a proposta que o governo deve encaminhar sobre o assunto.

A senadora explicou que o projeto de lei que está sendo elaborado pelo governo visa coibir abusos em manifestações, garantir o registro de imagens por qualquer pessoa, vedar a apreensão de câmeras por policiais, exigir aviso prévio dos protestos e proibir o uso de máscaras, nos protestos, pelos manifestantes.

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores realizados no Plenário após a ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Crédito para o Fies

14h A medida provisória (MP 626/2013) que abre crédito de R\$ 2,5 bilhões para o Fundo de Financiamento Estudantil será votada na próxima semana. A MP tranca a pauta do Plenário.

PRESIDÊNCIA Economistas

12h30 O senador Renan Calheiros recebe os presidentes do Conselho Federal de Economia, Paulo Dantas, e do Conselho Regional de Economia de São Paulo, Manuel Enriquez Garcia, entre outros. Às 16h, preside a ordem do dia.

CRA Trabalho rural

8h30 Votação de projeto que aumenta multa trabalhista rural. Outro projeto estende a catadores de mariscos o seguro-desemprego no período de defeso.

CRE IPI na produção de leite

10h Em análise, isenção do IPI na aquisição de insumos e equipamentos para produção de leite. Projeto sobre habilitação internacional também está na pauta.

CONSOLIDAÇÃO DE LEIS Greve

13h Audiência pública debate direito de greve no serviço público.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das 8h30, reunião da **Comissão de Agricultura e Reforma Agrária**; e, às 10h, reunião da **Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional**. Às 14h, transmissão da **sessão plenária**. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: www.senado.leg.br/radio

TV SENADO

ATV Senado transmite a partir das 10h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Relações Exteriores**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.



Jonas Pereira/Agência Senado

Renan Calheiros preside reunião de líderes para definir prioridades de votação

Empréstimos para dois estados são autorizados

Plenário aprovou operações de crédito de US\$ 200 milhões para o Rio Grande do Sul, para financiar programa de equilíbrio fiscal, e de US\$ 60 milhões para o Paraná, destinados a assistência social

O SENADO APROVOU operações de crédito do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para o Rio Grande do Sul e o Paraná.

O Rio Grande do Sul foi autorizado, com a aprovação do PRS 4/2014, a contratar empréstimo de US\$ 200 milhões para financiar o Programa de Consolidação do Equilíbrio Fiscal para o Desenvolvimento do Rio Grande do Sul (Proconfis RS 2).

Para Ana Amélia (PP-RS), o dinheiro será “um remédio ministrado a um paciente terminal”, pois o estado está em situação que beira a falência.

Pedro Simon (PMDB-RS) considerou “absurdo” o estado ter de buscar dinheiro no exterior para pagar os “juros escorchantes” cobrados pelo Tesouro Nacional. Ele pediu a votação do projeto que muda o indexador da dívida dos estados (PLC 99/2013), o que, segundo acordo de líderes, deve acontecer até março.

— Precisamos reagir em defesa de nossos estados e parar essa política suicida — disse.

Paraná

No caso do Paraná, o empréstimo de US\$ 60 milhões junto ao BID foi aprovado

com o PRS 5/2014.

Gleisi Hoffmann (PT-PR) disse ter votado a favor do empréstimo por causa da destinação aos centros de assistência social, mas criticou a atual gestão do estado.

— Se hoje vivemos uma situação de penúria nas contas estaduais, isso se deve única e exclusivamente à incapacidade e incompetência da gestão financeira do estado.

Já Roberto Requião (PMDB-PR) votou contra o empréstimo alegando que, apesar de ser um interessante investimento social, o estado poderia arrecadar o dinheiro de que necessita cortando despesas com cargos em comissão e publicidade.

Alvaro Dias, do PSDB, mesmo partido do governador Beto Richa, disse que o Paraná nem sequer aparece na lista dos estados que mais devem e que algumas obras paradas não causam estranheza, visto que isso acontece em outros estados e no governo federal. De acordo com o senador, há regularidade em pagamentos do Paraná quanto a todos os requisitos para o empréstimo.



Em Plenário, senadores reclamam de altos juros cobrados pelo Tesouro Nacional

Relator estica prazo para IR sobre lucros no exterior

As multinacionais brasileiras podem ter prazo de oito anos para pagar o Imposto de Renda resultante de lucros obtidos por filiais no exterior. A sugestão foi apresentada pelo deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), relator da medida provisória que altera normas contábeis e tributárias, durante reunião da comissão mista que analisa a MP 627/2013. O texto original previa cinco anos.

A MP tem 100 artigos e recebeu 513 emendas. A dificuldade em conciliar o impulso arrecadatório com a necessidade de garantir condições competitivas para as empresas dominou os debates. O deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR) disse não haver dúvida de que o governo pretende arrecadar com a medida.

— Só a Receita Federal e alguns escritórios de advocacia conseguem traduzir essa proposta. Se não se colocar freio, como é feito com pitbulls, a voracidade arrecadatória do governo não tem fim — disse.

Já o relator informou que buscou a neutralidade tributária, ou seja, sem aumentar ou diminuir o peso sobre os contribuintes.

Cunha disse tratar-se de matéria muito técnica e não

esperar disputa política.

— Não podemos deixar que interferências políticas contaminem uma legislação que deve durar muitos governos.

OAB

Cunha também propôs na MP a extinção da cobrança de taxa para realização do Exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Segundo ele, apesar de não estar previsto inicialmente no texto enviado pelo governo, trata-se de um assunto de natureza tributária, tema pertinente à medida. Ele considera a dispensa da taxa uma demanda social, diante das dificuldades financeiras dos estudantes, e ressaltou que não se trata de propor o fim do Exame de Ordem.

— Os estudantes pagam taxas e mais taxas para essa caixinha arrecadadora da

OAB. Não vamos discutir o exame nesta MP, mas a taxa, que é uma despesa do contribuinte, pode ser discutida. Se a OAB acha muito importante tal exame, que ela o mantenha às suas expensas — opinou.

O relatório prevê ainda a redução do PIS-Cofins para as sociedades de advocacia.

— É para corrigir uma injustiça. Advogados estão se transformando em empresas com lucro presumido para pagar menos imposto. E ainda têm competição desleal com escritórios estrangeiros — explicou.

O presidente da comissão, Walter Pinheiro (PT-BA), concedeu vista coletiva aos parlamentares. Duas audiências serão realizadas nos dias 25 e 26 e, em 12 de março, os parlamentares terão nova reunião para debater o tema entre eles.



Eduardo Cunha e Walter Pinheiro na comissão mista que analisa a medida

Renúncia de Azeredo gera atrito entre o PSDB e o PT no Senado

A renúncia do deputado Eduardo Azeredo (PSDB-MG), alvo de investigação pelo chamado mensalão tucano, gerou troca de acusações ontem entre senadores do PT e do PSDB. Para os petistas, o objetivo de Azeredo é, ao deixar de ter foro privilegiado e escapar do julgamento no Supremo Tribunal Federal (STF), o que é negado pelos tucanos.

De acordo com o Ministério Público, o esquema, ocorrido em 1998, teria desviado R\$ 3,5 milhões do governo de Minas Gerais para a campanha de Azeredo, então governador e candidato à reeleição. O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, apresentou denúncia ao STF contra o agora deputado, pedindo pena de 22 anos. Em valores atuais, o desvio chegaria a R\$ 9,3 milhões.

— Entendo que o desejo do Brasil é de que haja a investigação sobre o mensalão mineiro da mesma maneira como foi tratado o PT. Essa renúncia é, na verdade, uma manobra para tirar do Supremo a possibilidade de fazer o julgamento — disse o líder do PT, Humberto Costa (PE).

Alvaro Dias (PSDB-PR), no

entanto, avalia que a renúncia não retira o julgamento do STF porque os procedimentos já foram iniciados. O senador diz ver outro motivo para a renúncia.

— É uma decisão pessoal. Não houve pressão partidária, mas certamente ele levou em conta que sua presença no PSDB e na Câmara poderia aumentar o desgaste — disse.

Enquanto Humberto diz que o PSDB quer evitar a atenção sobre a corrupção no partido, Alvaro Dias afirma que o PT tenta tirar o foco do caso do mensalão. Ele admitiu que pode haver impactos do caso sobre as eleições de 2014 e negou que o partido vá defender Azeredo.

(Com Agência Câmara)



Azeredo teria desviado recursos no chamado mensalão tucano

Mozarildo lamenta situação crítica das contas de Roraima

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) lamentou ontem que Roraima lidere ranking dos estados com rombo fiscal, conforme publicou a *Folha de S. Paulo*.

Segundo o jornal, mais da metade dos estados gasta mais do que arrecada. No caso de Roraima, o déficit chega a R\$ 865 milhões.

O senador culpou o governador José de Anchieta pela situação, já que teria recebido o estado com as contas em dia.

— Hoje o estado tem dívidas com todo o mundo. Com o BNDES, com bancos particulares, com um monte de agentes. O estado está falido, está endividado além das suas possibilidades de pagamento e não há investimentos nem na agricultura, nem na pecuária, nem na educação, nem na saúde e nem na segurança — acusou Mozarildo.



Pedro França Agência Senado

A MP 627/2013:

- ▶ Traz nova legislação tributária baseada em padrões internacionais de contabilidade.
- ▶ Ajusta a contabilidade do Brasil a padrões conhecidos como IFRS (sigla em inglês que significa Padrões de Relatórios Financeiros Internacionais), conjunto de regras adotado em mais de cem países.
- ▶ Extingue o Regime Tributário de Transição (RTT), em vigor atualmente (Lei 11.941/2009). O RTT é um regime de tributação criado em 2007 para realizar a convergência gradual das regras brasileiras vigentes para as regras internacionais.
- ▶ Unifica o Livro de Apuração do Lucro Real (Lalurl), o Controle Fiscal Contábil de Transição (FCONT) e a Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ).
- ▶ Altera a tributação sobre os lucros obtidos por pessoa física residente no Brasil por intermédio de pessoa jurídica controlada no exterior. A medida afeta diretamente pessoas físicas brasileiras que têm recursos nos paraísos fiscais, visto que, na maioria dos casos, tais investimentos são feitos por meio de pessoa jurídica estrangeira.
- ▶ Muda a forma de tributação dos lucros obtidos por multinacionais brasileiras vindos de suas empresas controladas e coligadas no exterior. De acordo com a proposta, as companhias terão cinco anos para recolher os impostos devidos sobre seus lucros auferidos fora do Brasil, sendo que 25% do lucro deve ser incorporado ao balanço no primeiro ano. As regras envolvem IRPJ e CSLL. O relator sugeriu prazo de oito anos.

Waldemir Barreto/Agência Senado



Medida provisória pode consertar injustiça, sugere Pedro Taques

Taques pede isonomia para promoção de militares inativos

Pedro Taques (PDT-MT) cobrou do governo federal medidas para estender aos militares inativos do quadro especial do Exército os benefícios de promoção assegurados aos terceiros-sargentos, cabos, soldados ativos e taifeiros por lei sancionada em 2013.

O senador sugeriu que a presidente Dilma Rousseff edite medida provisória para corrigir o que ele classificou de injustiça. Taques lembrou que o tratamento igualitário já é assegurado aos militares da Marinha e da Aeronáutica e, por isso, não faz sentido que os do Exército não sejam contemplados.

— O tratamento dispensado a esse grupo afronta o princípio constitucional do tratamento igualitário.



Rollemberg adverte que denúncias não refletem ocorrências casuais

Rollemberg quer mais empenho contra racismo

Apesar de destacar avanços na promoção da igualdade racial, Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) lamentou na terça-feira a persistência do racismo no país. Para ele, denúncias de discriminação pela raça não refletem ocorrências casuais, mas são fato cotidiano que precisa ser enfrentado pela sociedade.

Rollemberg elogiou a Universidade de Brasília pelo pioneirismo na implementação de cotas raciais e saudou a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial.

— Nós não podemos conviver, em pleno século 21, com estatísticas odientas, odiosas, estatísticas que nos envergonham e que nos remetem à barbárie. O que nós estamos vivendo é uma cultura de guerra.

Subcomissão da Verdade vai visitar locais de tortura

Jornalistas relatam que prédios de ministérios em Brasília foram usados como locais de detenção e tortura durante a ditadura militar, a menos de 500 metros da sede do Poder Executivo

ÀSVÉSPERAS DO aniversário de 50 anos do golpe militar que tirou o mandato do presidente João Goulart e ocasionou o fechamento do Congresso, a Comissão da Memória e Verdade do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal apresentou relatório preliminar que aponta a existência, durante a ditadura (1964–1985), de centros de detenção e de tortura a pouco mais de 500 metros do Palácio do Planalto.

O documento foi entregue ontem ao presidente da Subcomissão Permanente da Memória, Verdade e Justiça, João Capiberibe (PSB-AP), que prometeu promover diligências aos locais citados no texto. A subcomissão é vinculada à Comissão de Direitos Humanos (CDH).

Segundo o jornalista Chico Sant'Anna, profissionais da imprensa e outros cidadãos eram levados para dois prédios na Esplanada que então sediavam os Ministérios do Exército e da Marinha.

— Pelo menos quatro relatos apontam a existência de centros de tortura a menos de 500 metros do Palácio do Planalto. É uma prova cabal de que era de conhecimento da cúpula do poder a ocorrência de tortura contra jornalistas — disse Sant'Anna.

A comissão já ouviu 20 pessoas e tem mais de 40 horas de

gravações com depoimentos que narram ameaças, torturas e prisões. Os relatos também apontam ocorrências de censura prévia em veículos de comunicação, presença de censores nas redações e violação de correspondências de jornalistas.

Relato

Hélio Doyle, que participou da audiência pública realizada ontem pela subcomissão, é um dos jornalistas que revelaram a utilização de unidades das Forças Armadas em Brasília como centros de detenção.

— Estava indo de carro para a casa dos meus pais quando eu e minha então mulher fomos cercados por duas Veraneios e ali mesmo fomos retirados do carro, colocados na Veraneio e levados para o Ministério do Exército. Quem me levou foi o pessoal do Dops [Departamento de Ordem Política e Social]. Fui levado sem capuz e colocado em uma pequena sala cercada de isolantes acústicos e com vidros. Eu não sei dizer quanto tempo durou, talvez algumas horas. Depois, fui retirado de lá e levado para o Setor Militar Urbano. Não voltei mais àquele local, mas para mim ficou muito claro que ali funcionava um centro de detenção — descreveu Hélio Doyle na audiência.

O jornalista Armando

Rollemberg contou que foi encapuzado e jogado no porta-malas de uma Veraneio e levado para um lugar que se assemelha a uma das garagens existentes nos subsolos dos prédios da Esplanada dos Ministérios.

— Nesse vão, muitas pessoas estavam sendo torturadas simultaneamente. Ao contrário do que se dizia, a cadeia de comando das Forças Armadas tinha, sim, conhecimento do que estava se passando nos chamados porões da repressão. Tanto havia conhecimento que o general [Antonio] Bandeira, que era responsável pelo DOI-Codi, sabia da minha prisão, sabia que eu estava sendo torturado, porque, quando meu pai esteve com ele, ele tirou um dossiê para falar da minha militância universitária — narrou Rollemberg.

Segundo Romário Schettino, que foi submetido a tortura durante 25 dias, a identificação dos locais onde foram presos e torturados jornalistas e cidadãos ajudará no resgate da memória do período. Mesma opinião manifestaram Ana Rita (PT-ES) e Capiberibe.

— É fundamental que a sociedade brasileira tenha conhecimento de todo esse processo político — disse o senador, que apresentará requerimento para que a subcomissão agende visitas às sedes dos ministérios citados.



Capiberibe (C) ouve Romário Schettino, em mesa com os jornalistas Hélio Doyle, Chico Sant'Anna e Armando Rollemberg

Indicações para o Conselho de Comunicação

O presidente do Senado, Renan Calheiros, encaminhou ontem ofícios para que entidades da sociedade indiquem novos nomes para compor o Conselho de Comunicação Social (CCS) do Congresso. Os mandatos dos atuais titulares se encerram em agosto. O conselho é composto por representantes das empresas

de rádio e televisão, dos jornalistas, dos radialistas e de outros segmentos. Os indicados precisam ser aprovados pelo Plenário do Congresso.

Previsto na Constituição, o CCS é órgão auxiliar do Congresso. Apesar de regulado em 1991, o órgão só foi instalado em 2002 por José Sarney, então presidente do Senado. O

colegiado tem 13 titulares e 13 suplentes com mandato de dois anos. Entre outras funções, produz pareceres e recomendações sobre programação de emissoras de rádio e TV. Também avalia as finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas e analisa questões sobre liberdade de manifestação do pensamento.



Mercosul trata as manifestações como ações criminosas, diz Jarbas

Jarbas acusa Brasil e Mercosul de omissão sobre Nicolás Maduro

Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) criticou a postura do governo e do Mercosul em relação aos protestos na Venezuela contra o governo de Nicolás Maduro. Após lembrar que três pessoas já haviam morrido, o senador afirmou que o Brasil é omissivo em relação à repressão violenta de Maduro.

Jarbas lamentou que o Mercosul tenha preferido tratar as manifestações como ações criminosas de grupos que querem disseminar o ódio, em vez de condenar a violência e pedir ao governo venezuelano respeito ao direito de protestar.

— O Brasil, por sua dimensão, por sua força política e econômica, não pode ser omissivo quanto ao que acontece na América Latina.



Brasil não pode se omitir sobre a crise no país vizinho, diz senadora

Ana Amélia: governo precisa se manifestar sobre a Venezuela

Ana Amélia (PP-RS) cobrou do governo brasileiro uma declaração condenando a violência na Venezuela, onde nos últimos dias houve mortes e pessoas ficaram feridas em operações de repressão a manifestações contra o presidente Nicolás Maduro.

Roberto Requião (PMDB-PR), que integra o Parlamento do Mercosul (Parlasul), informou que o órgão soltou nota pedindo a volta à paz na Venezuela. Ele acrescentou que essa nota contou com apoio explícito do Paraguai, país que, conforme lembrou Ana Amélia, foi punido, chegando a ser afastado do Mercosul porque o Congresso paraguaio determinou o impeachment do então presidente, Fernando Lugo.

Proposta abria possibilidade de a Justiça condenar maiores de 16 anos por crimes hediondos e gerou debate sobre necessidade de alterar o Estatuto da Criança e do Adolescente



Ao lado de Gleisi Hoffmann, Vital do Rêgo fala com Eduardo Braga na CCJ: proposta teve 11 votos contrários e 8 a favor

Rejeitada mudança na regra da maioria penal

A REJEIÇÃO DE mudanças nas regras da maioria penal para permitir o julgamento e a condenação, já a partir dos 16 anos, de jovens acusados de crime hediondo acabou levando a outro debate ontem em reunião da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ): o da necessidade de alterar o Estatuto da Criança e do Adolescente — ECA (Lei 8.069/1990).

A despeito de eventual revisão do ECA, lei que data de 1990, a CCJ derrubou, por 11 votos a 8, a PEC 33/2012, de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP).

O texto abria a possibilidade de a Justiça aplicar penas impostas a criminosos adultos (ou seja, com 18 anos ou mais) a adolescentes envolvidos em crimes como homicídio qualificado, extorsão mediante sequestro e estupro.

A sugestão de revisar o regime de punições do ECA partiu de Gleisi Hoffmann (PT-PR), que, a exemplo de outros senadores governistas contrários à PEC 33, chegou a elogiar o esforço de Aloysio no combate à criminalidade juvenil.

Em linhas gerais, a iniciativa permitia a aplicação da lei penal a menores de 16 anos envolvidos em crimes hediondos, desde que laudo médico comprovasse a compreensão deles sobre a gravidade do delito, que a medida fosse reivindicada por promotor da Infância e da

Juventude e julgada por juiz de vara especializada na área e que a pena definida fosse cumprida em estabelecimento prisional específico, separado de presos adultos.

— O grande desafio que se tem é como a pena do ECA é aplicada hoje, pois pode não ser cumprida — advertiu Gleisi, considerando relevante discutir punições diferentes, por exemplo, para um adolescente infrator que esteja perto de alcançar a maioria.

Ana Rita (PT-ES) lembrou que a responsabilização penal de menores já é adotada no país e começa aos 12 anos, com a aplicação de medidas socioeducativas previstas no ECA: internação por até três anos e iguais períodos de semi-internação e de liberdade assistida.

No entanto, como Gleisi, Ana Rita questionou o cumprimento da lei.

Subjetividade

Humberto Costa (PT-PE) e Roberto Requião (PMDB-PR) invocaram outro argumento para rejeitar a PEC 33.

Ambos questionaram a subjetividade embutida na proposta ao delegar ao promotor público a tarefa de definir se um crime cometido por um menor infrator se enquadraria ou não na hipótese de redução da maioria penal.

Em resposta, Aloysio Nunes

observou que não só o fato deveria ser julgado por juiz especializado, mas também que seria possível recorrer da decisão em instâncias superiores do Poder Judiciário.

Apesar de avaliar a proposta como “meritória”, o líder do governo, Eduardo Braga (PMDB-AM), considerou inviável enfrentar a criminalidade juvenil com a redução da maioria penal.

— Como implementar isso quando o Estado ainda não é capaz de prover creche e escola integral para 100% das crianças e adolescentes? — indagou.

Voto em separado

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) se posicionou contra e apresentou voto em separado pela rejeição da PEC 33.

— Nosso sistema prisional não é feito para ressocializar. Não há dados de que o rebaixamento da maioria penal reduza o índice de delinquência juvenil — alertou.

Randolfe também argumentou que a redução da maioria penal é inconstitucional por ferir cláusula pétrea.

Por sua vez, Pedro Taques (PDT-MT) refutou esse argumento:

— Entendo que a idade mínima de 18 anos [para aplicação da lei penal] não é cláusula pétrea, porque os direitos fundamentais têm característica universal — sustentou.

Senadores reagem a manifestações de protesto durante sessão

— Fascista é quem grita e interrompe. Fascista é você!

Essa foi a reação de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) a um manifestante que protestou contra a defesa do senador à mudança nas regras que tratam da maioria penal. O episódio aconteceu ontem, enquanto Aloysio apresentava sua proposta de emenda à Constituição (PEC 33/2012) à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e revela a temperatura do debate sobre o tema, que divide opiniões.

A manifestação foi contestada até pelo senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), autor de voto em separado pela rejeição da PEC 33/2012.

— Meu voto em separado tem posição contrária, mas é inaceitável esse tipo de comportamento — declarou.

O senador Pedro Taques (PDT-MT) ponderou ainda que a democracia prima pela tolerância. E invocou o



Aloysio reagiu com indignação ao ser chamado de fascista

direito constitucional de os parlamentares expressarem livremente suas opiniões.

Também defensor da redução da maioria penal, o senador Magno Malta (PR-ES) afirmou que “fascista é quem apoia criminoso”. Apesar de concordar com as ponderações feitas por Aloysio, Malta lembrou ter apresentado proposta para responsabilização a partir dos 13 anos.

Para Magno Malta, infratores não devem ser tratados como crianças

O senador Magno Malta (PR-ES) pediu ontem, em Plenário, apoio dos parlamentares para aprovar proposta dele que prevê a redução da maioria penal para 13 anos (PEC 90/2003). O senador lamentou a “falta de limites” para a violência e destacou que 92% da população brasileira apoia a redução.

Malta disse que a redução da maioria penal não deve estar relacionada à faixa etária. Para ele, qualquer pessoa, de qualquer faixa etária, que cometa um crime hediondo deve pagar as penas da lei.

O senador explicou que, pela proposta dele, os menores que cometessem esse tipo de crime não iriam para presídios, mas para centros de ressocialização com o objetivo de formar campeões em esporte de alto rendimento. O senador destacou que a sociedade já não tem mais o direito às ruas e criticou o discurso de parlamentares



Malta diz que a responsabilidade criminal não se relaciona à idade

que tratam os jovens infratores como crianças.

— Se algum senador aqui me disser que não tem violência desses homens travestidos de criança nos seus estados e que eu estou com discurso equivocado, eu subo aqui e peço perdão — prometeu.

O senador lamentou a rejeição da PEC 33/2012 e defendeu a aprovação de um piso salarial nacional para os policiais.



Relator, Luiz Henrique foi favorável a uma das iniciativas acatadas

Avança criação de cargos na Justiça trabalhista

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem dois projetos que criam cargos de provimento efetivo para a área de tecnologia da informação na Justiça do Trabalho. As propostas, do Tribunal Superior do Trabalho (TST), seguiram ao Plenário em regime de urgência.

Um dos projetos cria 23 cargos de analista judiciário e quatro de técnico judiciário no quadro de pessoal da secretaria do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 12ª Região, com sede em Florianópolis. O relator, senador Luiz Henrique (PMDB-SC), manifestou-se favoravelmente à proposta.

O outro projeto, relatado pelo senador Pedro Taques (PDT-MT), cria oito cargos de analista judiciário no quadro de pessoal da secretaria do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 24ª Região, com sede em Campo Grande.

A criação dos cargos é justificada pela necessidade de padronização da estrutura

organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus. O TST alegou também escassez de servidores na área de tecnologia da informação para dar suporte técnico à implantação do processo judicial eletrônico, em curso em todas as instâncias da Justiça do Trabalho.



Aécio Neves e Humberto Costa continuam em Plenário discussão iniciada pela manhã na Comissão de Assuntos Sociais

Bolsa Família motiva debate entre oposição e governo

Capitaneados por Aécio Neves (PSDB) e Humberto Costa (PT), opositoristas e senadores da base trocaram acusações de uso político do programa. Falta de entendimento impediu votação de projetos de Aécio na CAS

O BOLSA FAMÍLIA, programa federal de transferência de renda que beneficia quase 14 milhões de famílias, foi motivo de debate ontem no Plenário e na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Elogiado por parlamentares do governo e da oposição, o programa pode ser alterado por dois projetos do senador Aécio Neves (PSDB-MG), para quem é preciso dar ao Bolsa Família um caráter de “política de Estado”. Os textos, que teriam votação final, pela manhã, na CAS, tiveram a análise adiada.

O PLS 448/2013, que inclui o programa na Lei Orgânica de Assistência Social (Loas), será encaminhado à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). O PLS 458/2013, que estabelece em lei as regras para o desligamento de beneficiários do Bolsa Família, hoje inseridas em decreto presidencial, deverá ser examinado novamente pela CAS na próxima semana.

Governo e oposição trocaram acusações de uso político-

-eleitoral do programa. Aécio considera que não foram ouvidos na CAS argumentos que justificassem a discussão do PLS 448/2013 pela CAE, pois o projeto não traz qualquer impacto de ordem financeira.

Ele reconheceu a contribuição dos governos do PT para o aprimoramento dos programas sociais, mas disse que o Bolsa Família precisa deixar de ser instrumento de “terrorismo eleitoral”.

— O PT prefere ter um programa de assistência social para chamar de seu do que ver o Brasil ter um programa que seja estável e imune às manobras políticas — afirmou.

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) apoiou Aécio. José Agripino (DEM-RN) defendeu a “permanência institucional” do programa e a relatora da matéria, Lúcia Vânia (PSDB-GO), se disse frustrada por ver o Bolsa Família ser submetido ao debate político.

Autor do requerimento que encaminha o PLS 448/2013 à

CAE, o líder do PT, Humberto Costa (PE), afirmou que o Bolsa Família já é devidamente regulamentado pela legislação. O senador frisou que o programa envolve várias áreas, e a ideia de Aécio de colocá-lo na esfera da Loas limita a questão do combate à pobreza à assistência social.

— Daqui a pouco vão dizer aqui que quem fez o Bolsa Família foi o PSDB. Só falta dizer isso. Vamos fazer esse enfrentamento onde for: no Plenário, na CAS, na CAE. Não vamos deixar prosperar a demagogia — declarou.

Para José Pimentel (PT-CE), o PL 458/2013 é uma “norma inócua”. Outros senadores petistas lembraram críticas da oposição ao programa e acusaram o PSDB de propor aperfeiçoamentos às vésperas das eleições.

— A oposição, que chamava o programa de eleitoreiro, de bolsa-esmola, hoje se preocupa em produzir aperfeiçoamentos — disse Humberto.

Armando Monteiro resalta resultados do Mais Médicos

O senador Armando Monteiro (PTB-PE) elogiou em Plenário, na terça-feira, os resultados do Programa Mais Médicos, do governo federal. Ele também defendeu a proposta de negociação entre os governos do Brasil e de Cuba para conceder um reajuste salarial aos profissionais cubanos participantes do programa.

O senador lembrou que são mais de 6 mil médicos dando cobertura a cerca de 20 milhões de brasileiros. Grande parte dos pacientes, ressaltou, jamais havia feito uma consulta e sofria com doenças fáceis de



Armando acredita que programa elevará índices de desenvolvimento

combater, mas que acabaram se tornando males crônicos por falta de atendimento.

O senador acredita que com o reajuste salarial aos médicos cubanos, será superado um dos aspectos mais criticados do programa.

Figueiró diz que programa desrespeita a Constituição

O senador Ruben Figueiró (PSDB-MS) criticou o Programa Mais Médicos em pronunciamento ontem. Ele citou artigo de Ives Gandra da Silva Martins, publicado no jornal *Folha de S.Paulo*, com o título “O neoescravagismo cubano”.

O jurista Gandra comparou o regime de trabalho desses médicos ao de escravidão e disse que o Brasil está desrespeitando direitos básicos, como o da liberdade de expressão e o de locomoção.

— Felizmente vivemos



Figueiró acusa governo de desrespeito a normas legais e arbitrariedade

numa democracia consolidada há um quarto de século e podemos contar com instituições para gritar contra a arbitrariedade e o desrespeito descarado às normas legais — afirmou Figueiró.

Inácio Arruda defende política de valorização do salário mínimo

Inácio Arruda (PCdoB-CE) apresentou projeto de lei que estende a atual política de aumentos reais do salário mínimo até 2019. Pela lei em vigor, a política vale somente até o ano que vem, mas o senador considera importante mantê-la por mais tempo em virtude dos benefícios sociais e econômicos que trouxe para o país e os trabalhadores.

Inácio discorda de quem afirma que o aumento real do salário mínimo prejudica a economia e tem impacto negativo nas contas públicas.

— Esse impacto é positivo,



Inácio quer aumento real do salário mínimo devido ao impacto positivo

porque 90% dos aposentados ganham o salário mínimo. Se há aumento real, há a valorização das aposentadorias. E essa valorização vai para onde? Principalmente para o consumo, para alimentos — disse.

Proposta fortalece atenção aos idosos

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou projeto que fortalece a participação das organizações representativas dos idosos na formulação, implementação e avaliação de políticas e programas de governo.

De autoria do deputado

Rogério Carvalho (PT-SE), o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 62/2013 modifica o Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003). A proposta dá ênfase à troca de experiências, inclusive com outros países, sobre ações exitosas na área.

Em voto favorável, o relator,

senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), ressaltou a importância do texto frente à expectativa de crescimento da população idosa.

— [O Brasil] deverá contar, em 2020, com 30 milhões de pessoas idosas, formando 13% do total — disse.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portella

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos,

João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral: Helder Rebouças

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretor-adjunto: Flávio de Mattos

Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Thâmara Brasil

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Jorge Luiz Bastos recebeu 49 votos a favor e 17 contrários. Ele está no cargo desde fevereiro de 2013 e entrou para a diretoria em 2010

Plenário reconduz diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres

O PLENÁRIO APROVOU ontem a recondução do diretor-geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Jorge Luiz Macedo Bastos, com 49 votos favoráveis e 17 contrários. A indicação havia sido aprovada de manhã, na Comissão de Infraestrutura (CI), por unanimidade (21 votos), após sabatina.

Bastos integra a diretoria da ANTT desde agosto de 2010, tendo assumido o posto de diretor-geral em fevereiro do ano passado. No comando da entidade, conduziu o processo de concessão de cinco rodovias federais em 2013. Romero Jucá (PMDB-RR) ressaltou que Bastos é o único membro efetivo na diretoria da ANTT. Dos cinco cargos de direção, três são ocupados por interinos e outro está vago.

Durante a votação no Plenário, Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) subiu à tribuna para se opor à escolha de Bastos. Questionou a especialização do diretor e mencionou que ele já admitiu ter apenas experiência “de usuário” sobre transportes terrestres. O senador contou que, antes de chegar à ANTT, a atribuição de Bastos era cuidar de um time de basquete de uma universidade do ex-senador Wellington Salgado, suplente do ex-senador Hélio Costa. No Senado, teria trabalhado como assessor de gabinetes.

— É a recondução de alguém que foi indicado meramente por filiotismo político. Aliás, em outras três agências reguladoras, os diretores nem sequer foram sabatinados e ocupam os cargos como interinos, porque a presidente da República não consegue resolver as brigas políticas que hoje fracionam sua base parlamentar — criticou Aloysio.

Jucá saiu em defesa de Bastos, elogiando a gestão de



Bastos, em comissão presidida por Fernando Collor, afirma que o desafio é fazer as concessionárias cumprirem os contratos

quatro anos à frente da ANTT.

Na mesma linha falou Blairo Maggi (PR-MT), dizendo que a ANTT tem sido célere nas demandas levadas pelo setor produtivo.

— Bastos tem sido prestativo em resolver problemas setoriais, com presteza e rapidez. Tenho certeza de que a administração dele atenderá as necessidades do país.

Desconto no pedágio

Na sabatina da CI, o diretor da ANTT informou que foram concedidos 4.248 quilômetros de rodovias, em contratos que representam investimentos superiores a R\$ 28 bilhões, com aplicação de R\$ 15 bilhões ainda nos primeiros cinco anos para, entre outros serviços, duplicar todos os trechos. Ele acrescentou que esse resultado foi obtido com desconto médio de 52% nas tarifas de pedágio.

— Agora temos outro grande desafio, que é regular esses contratos. Precisamos fazer com que as concessionárias cumpram o que ficou estabelecido e a agência está pronta para buscar os resultados, à risca e a tempo — afirmou.

Bastos informou que a ANTT está avançando nos estudos

de viabilidade para licitação de mais quatro trechos solicitados pelo governo, que haviam sido inicialmente programados também para o ano passado, mas que foram adiados. Segundo ele, são rodovias fundamentais para o escoamento da produção de milho e soja entre a Região Centro-Oeste e os portos, inclusive por meio de via ainda pouco explorada até o terminal de Vila do Conde, no Pará.

No caso de descumprimento de prazos e metas pelas concessionárias, disse Bastos, agora as multas são automaticamente revertidas em favor dos usuários, com a redução de pedágio.

Mais servidores

O diretor-geral apontou a necessidade de reforço do quadro de servidores. Em resposta a Fernando Collor (PTB-AL), presidente da CI, esclareceu que a ANTT negocia com o Ministério do Planejamento a nomeação de remanescentes do concurso de 2013. Foram nomeadas 135 pessoas e a expectativa é de que sejam integradas mais 75. A audiência foi acompanhada por concursados aprovados.

Acir Gurgacz (PDT-RO) cobrou solução para evitar

que passageiros de ônibus continuem sendo retidos em filas nos pontos de pesagem de veículos. Blairo Maggi (PR-MT) defendeu a simplificação de exigências — hoje feitas nas licitações — para rodovias de baixo fluxo de veículos.

Valdir Raupp (PMDB-RO) questionou sobre retorno à estatização no Rio Grande do Sul, onde o estado estaria até pedindo a concessão de malha ao governo federal. Bastos concordou que o setor privado tem mais agilidade para gerir a malha rodoviária. Na avaliação dele, as concessões são um “caminho sem volta”.

Jayme Campos (DEM-MT) obteve confirmação do diretor-geral de que a ANTT deverá abrir uma representação em Mato Grosso. Bastos informou que a concessão da BR-163, entre os municípios de Sinop e Rondonópolis, compõe um trecho único. Esclareceu ainda que as obras de duplicação vão ficar prontas em quatro anos.

De Inácio Arruda (PCdoB-CE), o indicado ouviu apelo para que o Nordeste seja adequadamente integrado à malha nacional. Também pediu planejamento antecipado para implantação de refinarias no Ceará, no Rio Grande do Norte e em Pernambuco.

Adiada análise de projeto sobre tarifas de transporte

A Comissão de Serviços de Infraestrutura adiou para a semana que vem a votação de projeto que busca permitir o controle da sociedade sobre a composição das tarifas do transporte coletivo.

O PLC 50/2013, do deputado Ivan Valente (PSOL-SP), obriga o poder público a divulgar todos os itens e custos usados para fundamentar os reajustes.

Ontem, os integrantes da comissão acolheram o pedido de tempo do relator, Inácio Arruda (PCdoB-CE), que defendeu o projeto como veio da Câmara. O senador quer buscar uma solução de consenso junto a Acir Gurgacz (PDT-RO), autor de voto em separado.

Gurgacz sugere a transparência também em relação às gratuidades no transporte urbano, à meia-passagem para estudantes e ao passe livre para idosos e pessoas com deficiência. Propõe ainda que todos os custos decorrentes dessas gratuidades passem a ser bancados com recursos específicos. Segundo ele, dessa forma toda a sociedade estará ajudando a pagar o custo das gratuidades, sem onerar as tarifas pagas pelo conjunto dos usuários.

— Assim, teremos condições de baixar o preço das tarifas no país inteiro, o que quer o movimento das ruas hoje — argumentou.

Inácio explicou que, se for feita a mudança, o custo acabará caindo sobre as prefeituras, que já estão “muito impensadas, inclusive porque praticamente acabaram com a cobrança de ISS sobre o transporte urbano para assegurar a manutenção das tarifas depois das manifestações”. O senador observou que o objetivo do projeto é assegurar a transparência das planilhas de custos, e não retirar itens.

Casildo quer votação de projeto que expõe balanço de concessionárias



origens e aplicação de recursos e fluxos de caixa.

O senador informou que o relator, Pedro Taques (PDT-MT), já deu voto favorável. Casildo disse que essas obras feitas com dinheiro público melhoram as condições de atuação e os lucros das empresas, que não devolvem nenhum centavo desses ganhos ao governo. Assim, explicou, socializam-se os custos, mas privatizam-se os ganhos dessas empresas.

Jayme Campos pede mais fiscalização nas obras para a Copa



das obras, para evitar transtornos à população e aos milhares de turistas que devem acompanhar os jogos do mundial na cidade.

— Temos que alertar aqui não só a CBF e a Fifa, mas, sobretudo, os órgãos responsáveis, como é o caso do Ministério do Esporte e, particularmente, o próprio BNDES, que é o órgão financiador, junto com a Caixa — declarou.

Há denúncias de que várias obras voltadas para a realização da Copa do Mundo em Cuiabá, inclusive na Arena Pantanal, foram malfeitas e muitas delas já apresentam problemas, disse Jayme Campos (DEM-MT). O senador cobrou do governo uma melhor fiscalização

Humberto Costa elogia conclusão de 82,3% das obras previstas no PAC 2

Humberto Costa (PT-PE) elogiou ontem o andamento das obras do PAC 2. O senador afirmou que, ao final do terceiro ano do governo Dilma Rousseff, 82,3% das obras foram concluídas, o que para ele demonstra a capacidade gerencial da presidente e o empenho em cumprir metas e cronogramas. O senador criticou a oposição e destacou os investimentos na extensão de ferrovias, rodovias e portos, no setor público e nas áreas de mobilidade urbana e energia.

— Só tenho aqui a registrar a minha satisfação pelo ritmo absolutamente acelerado das obras do PAC 2 rumo ao seu cumprimento total. Isso demonstra a força e a inteligência para lidar com adversidades econômicas que tem o governo de Dilma e a sua inarredável determinação de fazer melhor a vida de todos os brasileiros.

Municípios de Sergipe fecham acordo sobre minério

ICMS pela exploração de carnallita em usina a ser construída pela Vale será dividido de maneira proporcional à quantidade extraída em cada município. O produto fornece potássio para fertilizantes

A AMEAÇA DE que a mineradora Vale abandone um empreendimento de extração de potássio em Sergipe parece ter sido afastada após a audiência pública de ontem das Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) e de Meio Ambiente (CMA). Após o debate, o governador de Sergipe, Jackson Barreto, e os prefeitos de Capela e Japarutuba, que disputavam a arrecadação pela exploração do minério, fizeram acordo para garantir os direitos dos dois municípios. O ICMS será dividido de forma proporcional ao montante de carnallita extraído.

Requerida pelo presidente da CDR, Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), a audiência visava conhecer melhor a exploração da carnallita, usada para produção de potássio, utilizado em fertilizantes agrícolas. Atualmente, segundo o senador, o Brasil importa mais

de 90% do potássio que usa nos fertilizantes.

De acordo com os participantes da audiência, a usina será um investimento de aproximadamente R\$ 4 bilhões e gerará 4 mil empregos diretos.

Capela detém cerca de 80% da carnallita encontrada na região. O prefeito, Ezequiel Leite, não queria autorizar a exploração no município porque a usina de extração ficaria em Japarutuba, situada a 20 quilômetros de distância. O presidente da Vale, Murilo Ferreira, mostrou na audiência que a usina será construída exatamente no limite dos municípios e que vários estudos socioambientais foram feitos para a escolha do local de construção.

“Exportar riqueza”

Leite havia demonstrado preocupação por Capela não receber o justo. Ele citou situações anteriores de exploração

de minérios da cidade em municípios vizinhos e disse que os capelenses são pobres.

— Vamos fazer uma compensação financeira, porque não podemos continuar sendo apenas um exportador de riqueza para o município vizinho — afirmou o prefeito de Capela.

O presidente da Vale tinha chegado a afirmar que, se o impasse não fosse solucionado, mandaria desmobilizar a equipe de técnicos que está preparada para executar o projeto e cederia a tecnologia para outra empresa.

Após o debate, Valadares reuniu-se com os prefeitos para consolidar documentos que possam ajudar as duas cidades a chegar a um consenso. Ficou definido que o governador vai enviar à Assembleia Legislativa de Sergipe um projeto de lei que assegure a distribuição proporcional do ICMS para os dois municípios.



Valadares (4º à esq.) conduz a reunião com representantes da Vale e dos municípios sergipanos de Japarutuba e Capela

Falta apenas formalização, diz Valadares

Para Valadares, a reunião teve uma conclusão feliz e o acordo depende agora apenas de formalização, pois já foi estabelecido oralmente. Com esse entendimento, Capela ganharia mais na arrecadação do ICMS sobre o potássio.

— O prefeito de Capela ficou satisfeito e vai aguardar que o governador mande para a Assembleia Legislativa de Sergipe esse acordo que nós firmamos aqui no gabinete depois da reunião coletiva — afirmou.

O governador Jackson Barreto disse que o estado não poderia perder o investimento, que garantirá emprego aos sergipanos e economia ao Brasil.

— Nós temos consciência de que essa é uma oportunidade que Sergipe não pode perder,

que o Brasil não pode perder. Quando que Sergipe vai ter a oportunidade de ver um investimento da ordem de US\$ 2 bilhões para gerar 4 mil empregos diretos e quase 10 mil empregos indiretos? — questionou.

A reunião contou também com a presença de Eduardo Amorim (PSC-SE), que afirmou ser o impasse uma questão de segurança nacional, devido à dependência do Brasil na importação de potássio.

— No dia em que esses países que nos vendem esses produtos quiserem deixar de vender, é fundamental que a gente busque também essa autossuficiência — disse o senador.

Intermediando o debate, Valadares ressaltou o fato de

que a usina será construída exatamente na divisa entre os dois municípios e pediu informações a Octavio Bulcão, advogado da Vale, e ao secretário da Fazenda de Sergipe, Jeferson Passos. Ambos afirmaram que seria possível fazer uma distribuição proporcional da arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) pelo trânsito do potássio nos dois municípios.

— Nós discutimos com a Vale a possibilidade de estabelecer comercialização do produto extraído em cada um dos municípios no próprio município. Isso no intuito de assegurar que o fato gerador do ICMS, que é a comercialização do produto, ocorra no município onde ele foi extraído — explicou Passos.

Flexa Ribeiro alerta para risco de “tarifaço” na conta de luz

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) alertou, em pronunciamento ontem, para o risco de racionamento de energia elétrica no país. Na avaliação dele, a redução, há dois anos, das tarifas de energia elétrica, as condições impostas às concessionárias e o incentivo ao consumo inviabilizaram o setor.

A situação foi agravada, ressaltou o senador, com o baixo índice pluviométrico registrado no período. A consequência, assinalou, é que os reservatórios apresentam um volume de água abaixo do necessário para o perfeito funcionamento das usinas hidrelétricas.

Flexa Ribeiro também chamou a atenção para a

iminência do que classificou de tarifaço de 15% nas contas de luz.

— Até o governo já admite que a hidrologia é pior do que em 2001, quando foram adotadas medidas de contenção do consumo — disse o senador.



Para o senador, redução de tarifa e consumo alto inviabilizaram o setor

Raupp relata danos causados pela cheia do Rio Madeira

Valdir Raupp (PMDB-RO) lamentou a situação das enchentes em Rondônia. O senador informou que o nível do Rio Madeira, que passa pela capital, Porto Velho, está 17,5 metros acima do normal. De acordo com Raupp, já são 1.100 famílias desabrigadas.

— Tal situação acaba trazendo inúmeras dificuldades para todos aqueles que lá residem, principalmente nas áreas afetadas pelas chuvas — declarou.

Ele disse que cidades estão ilhadas, sofrendo desabastecimento de combustível, gás e gêneros alimentícios. O senador contou que, no último sábado, o ministro da Integração Nacional, Francisco Teixeira, esteve

no estado para conhecer a situação dos atingidos pelas enchentes. O ministro e representantes do governo estadual discutiram as medidas mais urgentes para minimizar as dificuldades ocasionadas pelas chuvas.



Segundo o senador, 1.100 famílias estão desabrigadas pela enchente

Cícero afirma que o país espera mudanças profundas em 2014

Cícero Lucena (PSDB-PB) criticou a capacidade de gestão do governo federal e disse que o Brasil espera por mudanças profundas em 2014. O senador lembrou que 2013 foi o ano das grandes manifestações de rua, que pegaram todo mundo de surpresa. As manifestações de junho, na avaliação do parlamentar, mostraram que o Brasil real é bem diferente do cenário imaginado pelo governo federal.

Cícero lembrou que o preço dos transportes, a baixa qualidade dos serviços públicos, o alto custo dos estádios e o aumento da violência estavam entre os principais motivos dos protestos. Para o senador, no entanto, a resposta do

governo não foi suficiente para atender as demandas da população.

— Precisamos de mais liderança e menos marketing, mais justiça social e menos enganação — declarou o parlamentar.



Resposta do governo aos protestos foi insuficiente, diz o senador